



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

1. ABERTURA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e quatro minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Maria de Fátima Pires Rodrigues (PPD/PSD), em substituição do Sr. Vereador Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. CIMRL – Relatório do Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2019 – Informação
2. Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. União Recreativa Sapateirense – Pedido de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.2. União Recreativa Sapateirense – Pedido de licença especial de ruído e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.3. Clube TT Oeiras – Pedido de Parecer de Passeio Todo-o-terreno Turístico
- 1.4. Sport Castanheira de Pera e Benfica - Pedido de cedência de transporte, de autorização para utilização de balneários e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.5. Pedido de apoio apresentado por lista candidata à Associação de Estudantes da Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos
- 1.6. Escalas de Turnos Farmácia / ano civil de 2020
- 1.7. Diálogos Sonantes, Lda. – Pedido de autorização para ocupação da via pública – Rastreio Auditivo
- 1.8. Maria da Piedade das Neves Leitão – Pedido ocupação de via pública
- 1.9. Endless Ways, Lda. – Passeio turístico viaturas 4x4 “Aldeias de Xisto” – Pedido de parecer
- 1.10. Clube dos Caçadores de Castanheira de Pera – Realização de Montaria – Pedido de apoio



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

- 1.11. Núcleo de Desportos Motorizados de Leiria – Encontros Clube de Porches e Clube de Abarth – Pedido de Parecer
 2. Secção Financeira
 - 2.1. Balancete
 - 2.2. Pagamentos
 - 2.3. Alterações às Grandes Opções do Plano de 2019
 - 2.4. Alterações ao Orçamento de 2019
 3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 3.1. Pedido de constituição de propriedade horizontal
- IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

Foram presentes as atas n.ºs 11/2019, 12/2019, 13/2019, 14/2019 e 15/2019 respeitante às reuniões de 18 de junho, de 28 de junho, de 12 de julho, de 30 de julho e de 9 de agosto, respetivamente, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração às mesmas.

Os Srs. Vereadores do PS informaram que, relativamente às atas n.ºs 11/2019, 12/2019 e 13/2019, se encontram em condições de as votar, mas que, no que concerne às atas n.ºs 14/2019 e 15/2019, não tinham tido oportunidade de as analisar, comprometendo-se a enviar as eventuais sugestões de alteração no decurso da próxima semana por forma a serem votadas na reunião subsequente.

Seguidamente, a Sra. Presidente submeteu a votação as atas n.ºs 11/2019, 12/2019 e 13/2019 tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

A Sra. Vereadora Maria de Fátima Pires Rodrigues não participou na votação, uma vez que não esteve presente nas reuniões a que as atas respeitam.

Em seguida, a Sra. Presidente informou que a votação das atas n.ºs 14/2019 e 15/2019 ficaria adiada para próxima reunião de câmara.

Por fim, a Sra. Presidente informou que a ata n.º 16/2019 já se encontra em fase final de conclusão, pelo que em breve seria remetida aos Srs. Vereadores, e que seria realizado um esforço acrescido para a conclusão das atas n.º 17/2019, de 13 de setembro, e n.º 18/2019, de 27 de setembro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- A convite do Município espanhol de Nigrán, o Município de Castanheira de Pera fez-se representar, através da Presidente da Câmara Municipal, na cerimónia que assinalou os dois anos dos incêndios de Nigrán (localidades de Chandebrito e Camos).
- Através de e-mail de 20/09/2019, veio o Município de Figueiró dos Vinhos informar que, como medida de incentivo à frequência do ensino secundário



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

naquele concelho, o Município assumirá os encargos suportados por todos os alunos servidos pela rede pública de transporte escolar que ali frequentem aquele nível de ensino.

- Através de e-mail de 01/10/2019, veio a CIMRL remeter tabela contendo informação sobre o ponto de situação da pronúncia dos Municípios relativamente à transferência de competências para aquela entidade.
- Em 02/10/2019 foi outorgado o Contrato de Gestão Delegada para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos entre os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, todos na qualidade de Entidade Delegante, e a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., na qualidade de Entidade Gestora.
- Através de e-mail de 11/10/2019, veio a APIN, E.I.M., S.A. remeter cópia da Ata n.º 1 da Assembleia Geral da empresa, na qual foi aprovada a não remuneração do Conselho de Administração da mesma, atualmente constituído por Humberto Oliveira, Luís Antunes e Eugénia Gomes, em representação, respetivamente, dos Municípios de Penacova, Lousã e Penela.
- No âmbito dos estágios PEPAL, encontra-se a decorrer prazo até ao próximo dia 28 de outubro para apresentação de candidaturas para licenciados na área de informática e nas áreas de economia, gestão, contabilidade e auditoria ou administração pública.

De seguida, a Sra. Presidente procedeu à leitura da relação de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho:

Para os devidos efeitos, e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumpre-me informar:

- Proc.º 1207/2019 – José Alberto Gomes Neves – Alteração de moradia – Pedido de licenciamento pelo período de 24 meses – em 8 de outubro de 2019 foi proferido o despacho n.º 39/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do mencionado pedido de licenciamento.
- Proc.º 3060/2019 – Carlos Alberto Costa Pires – Reconstrução de moradia – Em 10 de outubro de 2019 foi proferido o Despacho n.º 41/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do projeto de indeferimento.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Findas as informações, interveio o Sr. Vereador António Antunes que começou por alertar para o estado de conservação do mural sito na entrada da vila, uma vez que deu conta de que teriam saltado algumas das letras.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

Prosseguindo, fez alusão à existência de uma campanha de apoio à esterilização de cães e gatos por efeito do Despacho 2301/2019 e que o apoio é passível de candidatura por todos os municípios, independentemente de terem ou não um centro de recolha de animais, tendo acrescentado que é estabelecido um valor por animal e que os municípios que não tenham centro de recolha terão somente que arranjar modo de deslocação até um desses centros, quer por meios próprios, quer através de uma parceria.

Ainda a propósito, considerou que o Município deveria aproveitar esta oportunidade, desde logo porque o financiamento para a ação em causa se fará a 100 %.

Seguidamente fez referência à empresa intermunicipal - APIN - e ao critério de intervenção dos Municípios a ela pertencentes, afirmando que o entendimento com que ficou, após a discussão do assunto em reuniões anteriores, foi que os Municípios que têm maior taxa de abrangência de saneamento ou abastecimento de água, poderão ficar “prejudicados” em relação aos “timings” das intervenções previstas.

Assim, solicitou que fosse facultada aos Srs. Vereadores do PS uma calendarização das obras que o Município necessita nesta matéria, acrescentando que algumas delas teriam até sido alvo de candidaturas, pelo que estariam já perfeitamente identificadas.

Prosseguindo, expressou opinião no sentido de considerar que, independentemente das necessidades e taxas de abrangência de cada município, deve haver uma intervenção equitativa e simultânea em todos os Municípios que constituem aquela empresa, uma vez que a entrada em funcionamento da empresa irá constituir um aumento de custos para os munícipes. Concluiu referindo que se essa calendarização ainda não tivesse sido realizada, que o Município tomasse as diligências necessárias para aceder a essa informação.

Por último, e em relação à limpeza de material lenhoso queimado que se encontra a decorrer nos perímetros das aldeias do concelho, disse que aquele trabalho não facilita o ónus entregue aos proprietários de limpeza posterior, pois, do que lhe foi dado observar, a empresa que procede à essa limpeza somente procede ao corte, deixando nos terrenos, um amontoado de arvoredos misturados com a restante vegetação existente naquelas áreas.

Prosseguindo, afirmou que atendendo ao facto já referido e à faixa etária da população do concelho, predominantemente idosa, a tarefa de limpeza e remoção daqueles eucaliptos e pinheiros entrelaçados entre si, se tornará de difícil execução para os proprietários, considerando não ser correto colocar nestes a obrigação da limpeza, pela forma como o trabalho está a ser executado pela empresa.

Interveio a Sra. Presidente que começou por agradecer a chamada de atenção realizada pelo Sr. Vereador António Antunes em relação ao mural, dando conta que também ela própria já teria identificado a situação.

Em relação à campanha de esterilização de animais, referiu que teve oportunidade de conversar com o Dr. David, veterinário da Câmara Municipal, tendo o mesmo referido que aquela ação teria um custo adicional para cada um dos municípios aderentes, sendo que também colocou em causa a capacidade para a realização da esterilização.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

A Sra. Presidente mais esclareceu que, sempre que necessário, o Município se socorre do Centro existente em Proença que, por sua vez, detém um Protocolo com uma Associação de Castelo Branco que presta os serviços de esterilização, mas que, no entanto, o Dr. David ficou de prestar, no decorrer da próxima semana, esclarecimentos adicionais.

Relativamente à APIN, a Sra. Presidente clarificou que entre os Municípios existe uma discrepância gravosa no que toca às taxas de abrangência dos serviços em causa, pois, enquanto o Município de Castanheira de Pera tem uma taxa de abrangência de 70%, outros há que têm uma taxa de 30% e 40%.

Nesta senda, referiu que a calendarização ainda não poderá ser fornecida, desde logo por estar a decorrer o período de análise e decisão das candidaturas realizadas, e que tal contexto ainda não permitiu à própria empresa intermunicipal realizar essa calendarização.

Quanto aos trabalhos de limpeza do material lenhoso queimado, informou os presentes que o referido processo contém duas fases, sendo que esta primeira fase se destina somente ao corte do arvoredo. Mais acrescentou que também não gostou de visualizar aqueles amontoados em questão, e que não é intenção do executivo deixar naquelas áreas cargas de combustível.

Para além disto, prestou informação de que já foi afixado nos locais próprios o edital referente a esta questão, o qual prevê um prazo de 15 dias para que os proprietários procedam à remoção de arvoredo das suas propriedades, esclarecendo que o referido processo tem como objetivo criar faixas de gestão e que a candidatura em causa foi realizada ao abrigo do fundo ambiental, pelo que estão a seguir o procedimento constante daquela mesma candidatura.

Seguidamente, interveio o Sr. Vereador António Antunes que, a propósito do despacho sobre a campanha de apoio à esterilização, clarificou que da leitura do documento não verificou a existência de qualquer custo para os Municípios, mas sim a existência de um financiamento a 100%, sendo que os centros de recolha têm um “teto máximo” de 30 mil euros e os municípios de 15 mil euros não podendo ser acumulável, e como tal, deverá existir entendimento entre os municípios.

A este propósito, a Sra. Presidente referiu que na conversa que teve com o Dr. David essa foi uma das questões abordadas e que ele, conforme já mencionou, ficou de analisar.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes esclareceu que abordou a questão da calendarização das obras em virtude de em debates anteriores em sede de reunião de Câmara sobre a matéria terem ficado com a sensação de que poderia haver lugar a uma diferenciação entre municípios baseada nas taxas de abrangência. Por outro lado, manifestou compreender a inexistência, nesta fase, daquela calendarização, deixando votos de esperança de que as intervenções a executar no nosso concelho se realizassem o mais breve possível.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

Volvendo, a Sra. Presidente manifestou que seguramente o intuito e interesse dos onze municípios que compõem aquela entidade intermunicipal é no mesmo sentido.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes evidenciou que essa é uma questão que se prende com a gestão da empresa, e que as pessoas que nos representam na empresa devem, obviamente, zelar pelos nossos interesses.

Relativamente à questão das intervenções nas bermas questionou a Sra. Presidente se existia alguma penalização para os munícipes que não procedam à remoção do arvoredado no prazo estabelecido.

Em resposta, a Sra. Presidente clarificou que não haveria lugar a qualquer penalização. Acrescentou que têm demonstrado perante os munícipes uma posição flexível quanto ao cumprimento daquele prazo pois verificam que alguns deles têm dificuldades na realização da referida tarefa de remoção.

O Sr. Vereador António Antunes referiu que numa das situações que viu e, conhecendo os proprietários e sendo eles idosos, considerou impossível retirar o amontoado que lá se encontra. Reiterou, ainda, que não considera correto penalizar os munícipes em virtude da incapacidade de retirar aquele material, evidenciando que esta constitui uma preocupação dos Srs. Vereadores do PS.

Intervindo, o Sr. Vereador João Graça repetiu que a Câmara não iria penalizar ninguém alertando que a imposição decorria diretamente da lei (Decreto-Lei nº 124/2006) que exige a remoção do material lenhoso queimado no prazo de dois anos pelos proprietários.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes sublinhou que tem conhecimento da Lei. No entanto considera que deveria existir na realização daquele trabalho, um maior cuidado pela empresa em questão, por exemplo através da realização do corte do arvoredado no mesmo sentido.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu que também consubstancia uma preocupação sua e dos vereadores a questão em causa, mas que também se deve ter em consideração é o próprio caderno de encargos.

Retorquindo, o Sr. Vereador António Antunes fez notar que não está em causa o cumprimento da lei, mas antes o modo como está a ser executado o trabalho em causa.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

ORDEM DO DIA

3. CIMRL – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO RELATIVO AO 1º SEMESTRE DE 2019 - INFORMAÇÃO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

Presente o Relatório sobre a situação económico-financeira da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria referente ao 1.º semestre de 2019, elaborado pelo Auditor Externo daquela entidade, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O referido relatório, cuja cópia se anexa à presente informação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante, submete-se, pois, à apreciação deste órgão, sendo posteriormente remetido à Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4. REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA

A Sra. Presidente pediu escusa, por ser cônjuge do atual Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, o qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

A reunião passou, então, a ser dirigida pelo Sr. Vice-Presidente, Dr. João Graça, que começou por proceder à leitura da proposta de deliberação.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO:

Considerando que os Vereadores do PS solicitaram, na reunião ordinária deste órgão realizada em 27/09/2019, a inclusão na ordem do dia da presente reunião a criação de um regulamento de incentivos aos Bombeiros Voluntários, reportando tal proposta à que haviam efetuado na reunião camarária de 13/07/2018;

Considerando que aquela proposta, apresentada em 13/07/2018, tinha balizado o seu objetivo e continha as medidas que os mesmos propunham para a sua concretização, a saber: " 1- Redução em 50% das tarifas fixas municipais devidas pela ligação à rede de abastecimento de água e à rede de drenagem de águas residuais domésticas"; " 2- Redução em 50% das tarifas fixas de disponibilidade de água, saneamento e resíduos para consumidores domésticos"; "3- Redução em 50% das taxas municipais das licenças de construção, ampliação ou modificação de habitações próprias e permanentes"; "4. Majoração em 50% relativamente à redução na taxa de participação no IRS do Município."

Considerando que a medida 4., foi julgada ilegal no parecer jurídico externo entretanto emitido;

Considerando que já se encontrava em análise nos serviços camarários, a criação de um regulamento com vista à atribuição de incentivos aos Bombeiros Voluntários, contemplando objetivos mais vastos e abrangentes e com um maior leque de benefício;

Considerando que surgiu no seio da CIMRL, a vontade de criação de um regulamento tipo sobre a matéria em causa com o propósito de ser, posteriormente, disponibilizado aos Municípios a fim de os mesmos procederem, caso o entendessem, à adaptação à sua realidade em concreto;

Considerando as vantagens advindas daquele documento orientador que, para além do estudo jurídico das medidas, teria também um cunho



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

tendencialmente uniformizador para os Municípios pertencentes àquela entidade intermunicipal;

Considerando que, de momento, o propósito de criação do regulamento tipo se encontra gorado;

Considerando que, em 16 de maio foi publicado o Decreto-Lei n.º 64/2019, que tem por objeto a atribuição de benefícios sociais aos bombeiros voluntários, diploma que o Município igualmente aguardava a fim de triar os apoios a conceder;

Considerando as reconhecidas mais-valias inerentes à criação de um regulamento de incentivos aos Bombeiros Voluntários que seja não apenas abrangente, mas também motivador e incentivador da prossecução do meritório trabalho que os bombeiros deste concelho têm desenvolvido em prol do bem comum e que se impõe realçar e apoiar;

Considerando que a criação de um Regulamento carece de estudo aprofundado, nomeadamente na vertente jurídico-financeira, e que tenha também em atenção, nomeadamente, a exequibilidade, a viabilidade, as garantias de cumprimento, e a salvaguarda dos princípios subjacentes à atividade administrativa.

Considerando as atribuições do Município na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações.

Propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, delibere dar início ao procedimento e participação procedimental, do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, procedendo à sua publicitação na internet, no sítio institucional do Município, nos termos ínsitos naquela norma.

DISCUSSÃO:

Após a leitura da proposta de deliberação em causa, solicitou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para referir que o teor da mesma não os surpreendeu, pois, os Vereadores do PS já estão habituados a este tipo de comportamento.

Lamentou que, após terem formulado atempadamente pedido no sentido de lhes ser fornecida a referida deliberação, tal não tenha sido feito pelos serviços nem lhes foi apresentada qualquer justificação.

Em relação ao teor da deliberação, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse que que *“já chega de falta de respeito, todos estamos aqui eleitos democraticamente. Todos achamos nós, temos aqui um papel a desempenhar e se, o nosso papel aqui é desrespeitado desta forma, então não estamos aqui a fazer nada”*.

Esclareceu que, por diversas vezes, foi debatido em reuniões anteriores que o documento por eles apresentado em 13/07/2018, continha um conjunto de medidas a título de exemplo, para a elaboração de um regulamento que deveria ter um conteúdo mais vasto.

Assim, esclareceu que a intenção dos Vereadores do PS foi *“dar o mote para a discussão partilhada, que é uma coisa que os senhores têm dificuldades em interiorizar, para a discussão partilhada e para a construção de um documento que possibilitasse, desde logo, a concretização desta medida. E a medida, refira-se, é o regulamento, o conjunto de medidas, o conjunto de iniciativas que o Município estivesse disposto, até em termos financeiros, a fazer para valorizar aquilo que é*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

por todos tido comumente como valioso - o trabalho voluntário dos nossos bombeiros”.

Prosseguindo, acrescentou que esta seria uma medida consonante com o incentivo ao voluntariado e um modo de contrariar a lógica de decréscimo de participação de homens e mulheres no corpo ativo dos Bombeiros.

Ainda no uso da palavra, salientou que a proposta de deliberação que acabara de ser lida *“salvo melhor opinião, constitui aquilo que, para ser elegante, é desrespeitosa para aquilo que foi a nossa intervenção sobre esta medida. Dizer que o município já tinha um conjunto de medidas muito mais vasto, não! Nunca ouvimos aqui da vossa boca uma única palavra sobre isso. Refugiaram-se sempre na CIMRL, no Governo e não sei em quê para avançar com o problema prá frente. E depois, quando perceberam que já não tinham espaço político para que pudessem aqui fazer uma proposta vossa, e podiam ter trazido, desde 13/07/2018, podiam ter vindo a esta Câmara com uma proposta final, e nós se concordássemos com ela, e não tínhamos porque não, aprovaríamos”*

Mais acrescentou que *“há uma diferença enorme entre as posturas das bancadas, nós trouxemos o assunto para que pudéssemos construir uma solução final participada, o mais consensual possível, e que não compromettesse a viabilidade financeira do município. Os Senhores não. Os Senhores empurraram com a barriga para a frente e agora vêm deturpar deliberadamente aquilo que foram as nossas sucessivas intervenções, tentando ainda capitalizar alguma coisa sobre uma coisa que vocês, a única coisa que fizeram foi protelar”.*

Por fim, e dito isto, manifestou que se sentiu desrespeitado e que não vota a deliberação em análise, bem como não participa nela, referindo ainda *“sinceramente nem sei como hei-de reagir a isto”.*

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes para, também ele, demonstrar que a proposta de deliberação assume um caráter *“desrespeitoso em relação àquela que foi a proposta dos Vereadores do Partido Socialista na última reunião”*, apontando que, o que foi deixado em cima da mesa para ser incluído na agenda da presente reunião foi, efetivamente, a votação da criação de um Regulamento Municipal de incentivos aos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, reiterando que a proposta agora apresentada não consubstancia uma proposta de votação.

Prosseguindo, disse que *“a proposta de votação é simples, aquilo que os Senhores fazem é contornar toda a discussão que tem acontecido desde 13 de julho de 2018 a esta parte, contornar toda essa discussão para, lamentavelmente, sonegarem essa proposta que foi do Partido Socialista. Portanto, nós pedimos atempadamente e isso é uma questão que está nos Estatutos do Direito de Oposição, pedimos antecipadamente a proposta para análise, portanto, essa proposta não se revê naquilo que foi a proposta dos Vereadores do Partido Socialista na última reunião”.*

Continuando no uso da palavra, solicitou a correção da deliberação e votação ainda nesta reunião, se o executivo entender ser uma tarefa de simples execução, ou se não, numa próxima reunião, justificando que a proposta apresentada *“não vai de encontro àquilo que foi a proposta dos Vereadores do PS, é que nem sequer, para além de tentar aqui, como eu disse há pouco, contornar*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

toda a discussão sobre este assunto, é, vai muito mais além do que foi a proposta dos Vereadores do Partido Socialista na última reunião. E a proposta foi simples, foi votarmos a criação de um Regulamento de incentivos fiscais ou sociais aos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera. Portanto, isso mantemos e é uma proposta simples”.

Prosseguindo, mais uma vez voltou a referir que haviam solicitado que a proposta de deliberação em causa lhes fosse fornecida, por forma a entenderem realmente de que forma o seu contributo estaria espelhado no conteúdo da mesma, repetindo que aquela não espelhava aquela que foi a proposta do Partido Socialista, *“a proposta dos Vereadores do PS, repito, é simples, é votarmos sim ou não à criação do Regulamento Municipal de incentivos aos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera”.*

Por último, partilhou que a intenção seria a elaboração partilhada, *“a forma como o regulamento é elaborado, podemos nós trazer uma proposta, mas também poderemos ser nós a elaborá-lo em conjunto, e optamos por essa segunda opção”*, acrescentando *“continuamos a optar por essa segunda opção, da forma como está escrita essa proposta de deliberação não a votamos, se insistirem em votá-la, então só temos um caminho”.*

Seguidamente interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionando os presentes da razão pela qual não foi atendido o pedido dos Vereadores do PS de terem acesso à deliberação.

Tomando a palavra o Sr. Vereador João Graça alegou que *“como já é habitual da vossa parte, fazem sempre esse exercício de inverter a realidade, dizer o que vos convém e o que não vos convém, desvirtuando completamente a verdade. O que se passou, e não vou perder muito tempo com isto porque já falámos demasiadas vezes sobre isto, foi quando os Srs. Vereadores falaram desta proposta, a Sra. Presidente disse, e bem, que o executivo já estava a trabalhar numa, mas que ainda não se encontrava pronta”.*

Prosseguindo, disse que *“os Senhores tiveram o cuidado e muito bem, como acabaram de referir, de fazer uma proposta. E fizeram-na, até a fizeram por escrito, e até a tenho aqui à minha frente e a proposta diz exatamente, vocês fazem a vossa introdução, e depois dizem – “neste âmbito, os Vereadores do Partido Socialista propõem, e propõem estas quatro medidas – em lado nenhum eu aqui encontrei, por exemplo a expressão nomeadamente, não, são estas quatro medidas”.*

Ainda no uso da palavra o Sr. Vereador João Graça lembrou que posteriormente surgiu a pretensão da CIMRL elaborar o referido Regulamento, tendo o executivo procedido aos esclarecimentos devidos, em ocasião própria, pelo que não se demonstrou lógico avançar com a proposta de Regulamento que estava a ser elaborada, nem considerar aqueles pontos trazidos pelos Srs. Vereadores do PS que, em sede de reunião, se verificou que *“pelo menos um é inconstitucional”.*

Por fim, referiu que *“neste momento estamos aqui para deliberar o início deste processo nestes moldes em que eu acabei de ler, portanto eu vou pôr à votação, os senhores votam como entenderem”.*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

Em resposta, o Sr. Vereador António Antunes alertou que o Sr. Vereador João Graça estaria a ultrapassar o disposto no Regimento, tendo posteriormente referido que *“ainda bem que existem atas de reunião, e ainda bem que os Vereadores do PS lutam, e é mesmo esta a palavra correta, para que as atas de reunião espelhem aquilo que realmente se passa nas reuniões”*.

Após breves segundos de discursos sobrepostos, o Sr. Vereador António Antunes referiu que *“aquilo que o Sr. Vice-Presidente está a acabar de dizer, eu não quero ser deselegante, mas não tem outro nome senão mentira, isso é mentira. Porque vamos ver às atas de reunião onde esse assunto foi debatido, e em nenhuma ata de reunião, e elas já estão publicadas no site do Município, em nenhuma ata está referido que o atual Executivo estava a trabalhar no Regulamento de Incentivos aos Bombeiros Voluntários, em nenhuma ata de reunião. Aquilo que os Senhores nos disseram e que transmitiram para esta mesa era que, efetivamente havia uma proposta da CIM para trabalhar um regulamento que iria ser de uma abrangência distrital, de uma abrangência intermunicipal. Portanto, se por um lado, o Senhor nos acusa de adornarmos os assuntos em nosso favor, por outro lado, o Senhor não diz a verdade, não diz a verdade e eu acho que isso é grave.”*

Por fim, o Sr. Vereador António Antunes teceu alguns esclarecimentos quanto ao documento referido pelo Sr. Vereador João Graça, alertando que *“aquilo que aí está, esse documento que o senhor aí tem, e que leu, ou pelo menos leu parte, não leu tudo, mas esse documento para mim ficou, digamos que ultrapassado em diversas discussões que tivemos sobre ele, e aquilo que na última reunião nós propusemos foi a votação da criação do Regulamento. Não trouxemos esse documento à última reunião, na última reunião propusemos a votação da criação do Regulamento, única e simplesmente”*.

Ainda a propósito do assunto, o Sr. Vereador António Antunes indicou que as medidas apresentadas naquele documento seriam aquelas que os Srs. Vereadores considerarem pertinentes constar no regulamento, dentro daquilo que é legalmente possível determinar.

Por último, reafirmou que o conteúdo da deliberação apresentada na presente reunião não corresponde ao proposto pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista na última reunião, pelo que a deliberação elaborada naqueles termos não seria aceite pelos mesmos, passando a citar *“dessa forma não a aceitamos”*.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador João Graça argumentou que *“o Vereador e a sua bancada tem a mania de fazer uma leitura seletiva da realidade, eu não vou perder mais tempo com isso, nem vou voltar a referir o que já andamos aqui a discutir há imenso tempo. A proposta de deliberação vai a votação, quem que vota contra?”*.

Seguidamente, os Srs. Vereadores do Partido Socialista repetiram que não iriam votar essa proposta de deliberação, tendo o Sr. Vereador António Antunes solicitado que o Sr. Vereador João Graça lesse o primeiro parágrafo daquele documento.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

Em resposta, o Sr. Vice-Presidente João Graça questionou novamente quem votava contra a proposta de deliberação em causa, tendo à posteriori, retorquido que tinha lido há pouco o primeiro parágrafo e, portanto, estava a colocar a votação dizendo: *“Quem vota contra?”*.

Contestando aquela tomada de posição, o Sr. Vereador António Antunes argumentou que aquela proposta pertencia aos Vereadores do Partido Socialista, e que não arredariam *“pé da redação dessa proposta”*.

Novamente no uso da palavra, questionou o Vice-Presidente quem votaria contra a proposta em apreciação, tendo o Sr. Vereador António Antunes repetido que aquela proposta era do Partido Socialista havendo, nessa sequência uma pequena troca de considerações.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes questionou a Dra. Bernardina se tinham obrigação de votar, ao que a mesma respondeu que lhe parecia que sim.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que existia uma obrigação de votar, no entanto também existia o direito a não o fazer, acrescentando *“és obrigado a votar, mas também tens o direito de não votar. Manda isto para o Tribunal Administrativo”*, tendo seguidamente anunciado *“eu abandono esta reunião se me é permitido, com licença, desculpem, mas...”*

Em ato contínuo, e após o Sr. Vereador António Antunes afirmar que a situação em causa *“era uma vergonha”*, os Srs. Vereadores do Partido Socialista agradeceram a todos e abandonaram a reunião de Câmara.

Após a saída dos Srs. Vereadores do PS, o Sr. Vereador João Graça questionou como se procede quando não existe quórum, tendo a Dra. Fernanda Carvalho informado que com o regresso à reunião da Sra. Presidente, que se havia ausentado em virtude de impedimento, haveria quórum para dar seguimento à presente reunião.

A Sra. Presidente regressou à sala de sessões, tendo havido por parte dos presentes um breve esclarecimento do sucedido durante a análise do presente ponto.

De seguida, questionou a Sra. Presidente se podiam continuar a reunião sem a presença dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, tendo obtido respostas por parte da Dra. Fernanda Carvalho e da Dra. Bernardina Macedo, no sentido de que haveria quórum para continuar. Assim sendo, deu-se continuação à presente reunião.

5. UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – PEDIDO DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente pedido da União Recreativa Sapateirense a solicitar a cedência do autocarro do Município para assegurar o transporte dos elementos do Rancho



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

Folclórico da União Recreativa Sapateirense, a fim de o mesmo atuar no festival de Folclore em Arregaça – Coimbra, no dia 13 de outubro p.p., bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que a data apontada pela requerente não se coadunava com a da presente reunião, impondo, assim, uma tomada de decisão em tempo útil, foi proferido despacho de deferimento do pedido, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente requerimento da União Recreativa Sapateirense, representada por Gualter Santos Fernandes, requerendo a emissão de licença especial de ruído para realização de música ao vivo, nos dias 12 e 26 de outubro de 2019, entre as 22h.00 e as 04h.00, na sede da coletividade.

Considerando que a data do primeiro evento (12 de outubro p.p.) não se coadunava com a presente reunião, impondo uma tomada de decisão em tempo útil, e que o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi autorizada a emissão da licença em causa, nos termos requeridos.

Propõe-se, assim, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a aludida autorização, isentando a requerente do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido de licença para o dia 26 de outubro próximo, nos termos solicitados, isentando, igualmente, a requerente do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. CLUBE TT OEIRAS – PEDIDO DE PARECER DE PASSEIO TODO-O-TERRENO TURÍSTICO

Presente e-mail do Clube TT Oeiras a solicitar parecer para a passagem no Concelho de um Passeio de Todo o Terreno Turístico, que irá realizar-se entre o dia 1 e 3 de novembro de 2019.

Considerando que não se verificam impedimentos que obstem à apreciação do pedido, propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à passagem no Concelho do referido passeio, conforme itinerário anexo ao pedido, mediante o cumprimento das condicionantes previstas no art.º 10.º do referido diploma legal.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

8. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE, DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE BALNEÁRIOS E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presentes e-mails do Sport Castanheira de Pera e Benfica, a solicitar cedência de transporte e autorização para utilização dos balneários do Pavilhão Municipal, bem como a isenção das respetivas taxas, no âmbito das seguintes atividades:

- Participação das equipas de Infantis/Traquinas (2007 a 2012) e Juvenis (2003 a 2006) em jogos/torneios de preparação da época 2019-2020;
- Participação da equipa sénior masculina no Campeonato Distrital “Desportiva” – 1.ª Divisão – Série A – época 2019-2020, organizado pela Associação de Futebol de Leiria;
- Campeonato Distrital “HES” – 1.ª Divisão – Juvenis – Série A, organizado pela Associação de Futebol de Leiria.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e à semelhança do que vem sendo habitual, a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão de cedência de transporte nos dias 8, 12 e 13 de outubro de 2019, com a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos restantes pedidos, incluindo a isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. PEDIDO DE APOIO APRESENTADO POR LISTA CANDIDATA À ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Presente carta remetida pela Lista U candidata à Associação de Estudantes da Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos, solicitando apoio no âmbito da campanha para as eleições em causa.

Considerando que o pedido enferma de vários vícios, desde logo, a falta de personalidade jurídica da requerente, a que acresce a inexistência de enquadramento legal do pedido formulado, propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir a pretensão da requerente, concedendo-lhe, nos termos do artigo 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, um prazo de 10 dias úteis, a contar da receção da notificação da presente deliberação, para vir dizer, querendo, por escrito, o que se lhe oferecer sobre o presente projeto de decisão.

DELIBERAÇÃO:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. ESCALAS DE TURNOS FARMÁCIA / ANO CIVIL DE 2020

Presente e-mail da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., remetendo, para aprovação, nos termos e para cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2011, de 10 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 172/2012, de 1 de agosto, e no artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, a proposta de escala de turnos da farmácia sediada neste Município, a entrar em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020.

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à escala de turnos apresentada para a única farmácia existente no Município (Farmácia Dinis Carvalho), no pressuposto de que o serviço é assegurado 24 horas/dia, todos os dias do ano, incluindo sábados, domingos e feriados, seja em regime de serviço permanente ou de disponibilidade.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. DIÁLOGOS SONANTES, LDA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – RASTREIO AUDITIVO

Presente e-mail remetido pela empresa Diálogos Sonantes, Lda., a solicitar autorização para cedência de um espaço para colocação de uma unidade móvel de rastreio auditivo gratuito e uma pequena tenda, bem como um ponto de luz, no próximo dia 12 de dezembro, das 10h30 às 19h00.

Presente também a informação/análise técnica do Serviço de Fiscalização, datada de 15/10/2019, pronunciando-se em sentido desfavorável à pretensão da requerente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o referido pedido, atendendo ao facto de o espaço habitualmente cedido para o efeito se encontrar condicionado pelas festividades natalícias.

Mais se propõe que, nos termos do artigo 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal delibere conceder à requerente um prazo de 10 dias úteis, a contar da receção da notificação da presente deliberação, para vir dizer, querendo, por escrito, o que se lhe oferecer sobre o presente projeto de decisão.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. MARIA DA PIEDADE DAS NEVES LEITÃO – PEDIDO OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA

Presente requerimento apresentado por Maria da Piedade Neves Leitão, em 23/09/2019, solicitando autorização para proceder à instalação de rulote para venda de faturas, do lado direito do alçado principal do edifício dos CTT, local onde já se tem instalado, durante o próximo mês de novembro e dezembro.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

Presente também informação/análise técnica, emitida em 11/10/2019 pelo Fiscal Municipal, pronunciando-se em sentido favorável condicionado à pretensão da requerente.

Considerando que o pedido apresentado não viola quaisquer normas do Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, conforme informações emitidas pelos serviços camarários em anteriores pedidos já deliberados favoravelmente;

Considerando que a venda ambulante pode constituir um fator dinamizador do Concelho e tendo também em atenção os direitos e interesses legalmente reconhecidos àquele setor de atividade;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º do Regulamento supra indicado, a Câmara Municipal delibere autorizar a ocupação da via pública solicitada durante o mês de novembro.

Quanto ao mês de dezembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar, igualmente, a ocupação da via pública, sob reserva de reajustamento do local da ocupação, devido ao evento “Natal na Aldeia”.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. ENDLESS WAYS, LDA. – PASSEIO TURÍSTICO VIATURAS 4X4 “ALDEIAS DE XISTO” – PEDIDO DE PARECER

Presente e-mail da Endless Ways, Lda. a solicitar parecer para a passagem no Concelho de um Passeio turístico de viaturas 4x4, denominado “Aldeias de Xisto”, a realizar nos próximos dias 15 e 16 de novembro de 2019.

Considerando que não se verificam impedimentos que obstem à apreciação do pedido, propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à passagem no Concelho do referido passeio, conforme itinerário anexo ao pedido, mediante o cumprimento das condicionantes previstas no art.º 10.º do mesmo diploma legal.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. CLUBE DOS CAÇADORES DE CASTANHEIRA DE PERA – REALIZAÇÃO DE MONTARIA – PEDIDO DE APOIO

Presente carta do Clube de Caçadores de Castanheira de Pera, informando que no dia 9 de novembro de 2019 irá realizar uma montaria no concelho e solicitando, uma vez mais, apoio logístico do Município para o efeito, através da cedência de viaturas para transporte dos participantes no evento.

Considerando o relevante interesse da iniciativa para a promoção e divulgação do concelho, particularmente no que respeita à sua vertente ambiental, a que acresce a importância da iniciativa para o equilíbrio das espécies cinegéticas em causa, propõe-se que, à semelhança de anos anteriores, a Câmara Municipal delibere conceder o apoio solicitado, no limite das suas competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

15. NÚCLEO DE DESPORTOS MOTORIZADOS DE LEIRIA – ENCONTROS CLUBE DE PORCHES E CLUBE DE ABARTH – PEDIDO DE PARECER

Presente e-mail do Núcleo de Desportos Motorizados de Leiria informando que pretende realizar nas estradas do Concelho dois eventos: um em 27 de outubro p.f., denominado Encontro Clube de Porches, e outro em 16 de novembro p.f., denominado, Encontro Clube de Abarth. Nesse âmbito solicita autorização e apoio para o encerramento da estrada CM1151 “Rampa de Castanheira”, entre as 10h.00 e as 13h.00, com a presença de dois militares da GNR, cujo custo pretende seja suportado pelo Município.

Considerando a relevância dos eventos em apreço para a promoção e divulgação do concelho, bem como para a dinamização da economia local, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o encerramento da via em causa, nos termos solicitados.

Mais se propõe que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere conceder o apoio requerido, atribuindo ao requerente um subsídio no montante de 252,00 € (duzentos e cinquenta e dois euros).

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 16 de outubro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.354.960,03 € (dois milhões trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e sessenta euros e três cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.306.703,35 € (dois milhões trezentos e seis mil setecentos e três euros e trinta e cinco cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 48.256,68 € (quarenta e oito mil duzentos e cinquenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.364.896,44 € (dois milhões trezentos e sessenta e quatro mil oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e quatro cêntimos), valor que inclui o montante de 9.936,41 € (nove mil novecentos e trinta e seis euros e quarenta e um cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

17. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 26/09/2019 e 16/10/2019, registados sob os números 1380 a 1409 e 1411 a 1473, no valor total de 175.429,82 € (cento e setenta e cinco mil quatrocentos e vinte e nove euros e oitenta e dois cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

18. ALTERAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere ratificar o despacho proferido pelo Sr. Vice-Presidente em 03/10/2019, autorizando



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

a 17.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 44.000,00 € (quarenta e quatro mil euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma suprarreferido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 18.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 9.400,00€ (nove mil e quatrocentos euros), no Plano Plurianual de Investimentos, igualmente por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

19. ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pelo Sr. Vice-Presidente em 03/10/2019, autorizando a 19.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 31.001,00€ (trinta e um mil e um euros), por reforço e anulação.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma supramencionado, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 20.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 9.900,00€ (nove mil e novecentos euros), igualmente por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

20. PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL

Francisco Tomaz – Cabeça de Casal da Herança de (Representando por José Antão Tomaz) vem requerer a aprovação do pedido de constituição da propriedade horizontal do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3450, sito no Torgal, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o referido pedido de constituição da propriedade horizontal, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Auto de Vistoria n.º 02/SOPU/2019, de 30 de setembro de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

21. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Terminada a discussão e votação dos assuntos agendados, a Sra. Presidente declarou aberto o período para intervenção do público.

Presente o Sr. Algerino Antunes, residente no Casal, informando que pretendia manifestar o seu desagrado relativamente à situação de um vizinho ter procedido à eliminação da linha de água aquando da realização de uma obra de constituição de uma passagem para a sua propriedade.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 19/2019

Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2019

Referiu que já tinha exposto a situação em causa ao Sr. Vereador Nuno Tomás, evidenciando que a mesma lhe tem causado grande incómodo, desde logo porque lhe provoca inundações na sua propriedade, e estragos em bens que detém na garagem.

Interveio o Sr. Vereador João Graça questionando o Munícipe se a intervenção realizada na estrada de cima não teria solucionado a situação.

O Sr. Algerino Antunes respondeu negativamente indicando que na garagem tem todos os seus pertences de valor que lhe restam dos incêndios de junho de 2017 e preocupa-o que a água lá entre novamente pois estraga todos os seus bens. Acrescentou que pretende que fique registada a sua discordância com o que está a acontecer pois considera que o seu vizinho para efetuar aquela intervenção deveria ter deixado umas manilhas a fim de direcionar a água e não eliminar a valeta e a linha de água.

No uso da palavra, a Sra. Presidente transmitiu que a situação iria ser analisada comprometendo-se a prestar informação do que houver por conveniente, tendo a Dra. Bernardina complementado que terá de se averiguar se a questão colocada é ou não da competência da Câmara Municipal.

Em seguida, interveio o Sr. Paulo Martins, proprietário do estabelecimento Quadrado Acolhedor Supermercado, Lda., para solicitar que fosse colocada a placa de estacionamento exclusivo para cargas e descargas.

Relatou que recorrentemente duas funcionárias desta câmara estacionam em frente ao seu estabelecimento, ocupando muitas vezes o lugar de quatro veículos e o modo como o fazem parece ser propositado e intencional, não permitindo que o Sr. Paulo realize as descargas de material para o seu estabelecimento. Transmitiu que ainda há pouco estava a fazer uma descarga e, no prazo de trinta minutos, teve de retirar a carrinha quinze vezes, tendo inclusivamente sido maltratado por uma pessoa que queria passar naquela via e se viu impossibilitada uma vez que o seu veículo estava no meio do caminho.

Concluiu mencionando que a sinalética fosse colocada o mais breve possível de forma a evitar maiores constrangimentos.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que se estava a aguardar a chegada da referida sinalética pelo que em breve aquela situação ficaria resolvida.

22. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião pelas dezasseis horas e três minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____